



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Competitiveness Global Projection

Development made in Rio

B



Innovation

A leap in educational standards

Olympics in Rio
Let the games begin!





A cidade do Rio de Janeiro possui 6,5 milhões de habitantes e, desse total, mais de 20% (1,4 milhão) vivem em favelas. Nas últimas décadas, o município ganhou as manchetes da imprensa estrangeira com notícias que em nada remetiam às suas paisagens paradisíacas e à cultura efervescente que o fizeram ganhar o título de Cidade Maravilhosa. A violência, o tráfico de drogas e a milícia dominaram a maioria das comunidades cariocas, fazendo reféns seus moradores, assustando turistas e investidores e prejudicando a imagem da cidade.

Para enfrentar a situação, o governo do Estado do Rio criou, em 2008, o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), atualmente o mais importante plano de segurança pública do Brasil. Elaborado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, envolve a participação de outras esferas de governo e da sociedade para garantir a "ocupação" das áreas deflagradas, com policiamento, infraestrutura, equipamentos sociais e culturais. Seis anos depois da primeira UPP, instalada no morro Dona Marta, em Botafogo (Zona Sul), o Rio hoje conta com 38 unidades em favelas das diversas regiões e uma na Baixada Fluminense, na Região Metropolitana, beneficiando 1,5 milhão de pessoas. Para isso, 9.543 policiais militares foram treinados com base na polícia de proximidade, que trabalha com os princípios de presença, proatividade, descentralização e solução de conflitos.

O programa das UPPs está sustentado por quatro pilares: investimento em infraestrutura, políticas públicas nas áreas de educação e saúde, pacificação e fomento ao desenvolvimento. "O maior patrimônio que podemos dar à população é a liberdade. Essa liberdade estava prejudicada pela presença dos bandidos nas comunidades, que estava privada de seu desenvolvimento pleno, com comércio e serviços públicos de qualidade", explica o coordenador das UPPs. "Agora estamos recebendo grandes investimentos governamentais e da iniciativa privada e a tendência é que o desenvolvimento econômico das áreas pacificadas receba um grande impulso", avalia ele que, na véspera da entrevista, havia participado da inauguração de uma filial da Casas Bahia — uma das maiores cadeias de móveis e eletrodomésticos do país — na favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão.

O primeiro passo para a implantação do programa é a ocupação da comunidade pela força policial e, em seguida, a instalação do posto permanente local. Garantidas as condições de segurança, inicia-se a fase de provimento de infraestrutura, serviços públicos, programas sociais e de estímulo ao desenvolvimento econômico. "Os resultados logo são percebidos. Nas comunidades pacificadas, aumentou a frequência escolar e melhorou o rendimento dos alunos da rede pública. O comércio se revitalizou e a qualidade de vida melhorou. Em muitas favelas, o turismo está trazendo muitas novas oportunidades", comemora o coordenador, lembrando um exemplo clássico: o teleférico instalado no Complexo do Alemão, grupo de favelas que ganhou fama internacional por causa das imagens da fuga de traficantes, em 2010, já transporta 12 mil pessoas por dia. Além de moradores, conduz inúmeros grupos de turistas nacionais e estrangeiros aos topos dos morros, de onde se tem vista panorâmica da Zona Norte e da baía de Guanabara.

Todas as pesquisas de opinião realizadas até agora indicam aprovação maciça da população para o projeto das UPPs, mesmo com as dificuldades e falhas que o programa tem revelado. Em julho de 2013, por exemplo, o ajudante de pedreiro Amarildo de Souza foi detido por policiais da UPP da Rocinha, levando a imprensa e as organizações que lutam pelos Direitos Humanos a denunciar que o morador fora torturado e seu corpo escondido por policiais. Os traficantes de drogas, por sua vez, vêm tentando retomar o controle de favelas pacificadas, o que leva a polícia a entrar em confronto com bandidos, gerando insegurança entre os moradores. O governador Luiz Fernando Pezão, que acaba de ser reeleito, assegurou a permanência do secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, idealizador da pacificação, que já estuda soluções para questões como essas numa segunda fase do programa.

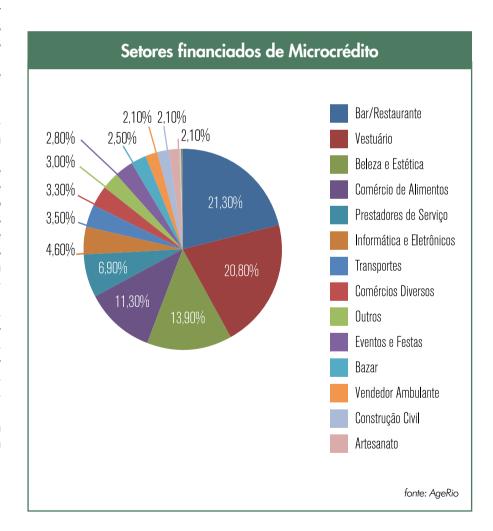
Ao mesmo tempo, os próprios policiais do Rio também vêm demonstrando engaiamento. A Secretaria de Segurança mapeou 159 projetos socioculturais em andamento atualmente, com participação direta ou indireta de policiais militares, nas comunidades pacificadas. "São projetos nas áreas de cultura, lazer e educação, que mostram o envolvimento de agentes da PM que, por formação, são educadores, músicos etc.", explica o coordenador.

INVESTIMENTOS SOCIAIS

Em termos de obras de infraestrutura, a maior parte das favelas pacificadas vem recebendo investimentos dos governos federal, estadual e municipal. Por meio do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo do Estado está realizando obras de saneamento e urbanização e construção de unidades habitacionais, postos de saúde, escolas, áreas de lazer e de esportes e pavimentação de vias na Rocinha, Alemão, Manguinhos e Pavão--Pavãozinho. Recém-eleito, o governador Luiz Fernando Pezão anunciou a segunda fase do PAC para favelas pacificadas, que terão obras orçadas em R\$ 2,6 bilhões.

A Prefeitura do Rio também participa do esforço, realizando obras e levando servicos a 30 áreas pacificadas e beneficiando 770 mil moradores. De acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP), o Rio+Social (novo nome do projeto UPP Social) agrega



investimentos de R\$ 1.8 bilhão, realizados nos últimos cinco anos nessas áreas. envolvendo urbanização, saúde, educação, serviços e eliminação de áreas de risco. Até 2016, serão mais R\$ 900 milhões.

POTENCIAL DE CONSUMO

O potencial de consumo nas favelas vinha despertando a atenção das empresas privadas havia alguns anos. Na Rocinha, por exemplo, agências bancárias, casas lotéricas e o comércio varejista já apostava no sucesso de seus negócios desde a década de 1990. Com o crescimento econômico brasileiro, a melhoria na distribuição de renda e a entrada da população mais pobre para a classe média, o ritmo aumentou. Nas favelas brasileiras vivem 12 milhões de pessoas, com poder total de compra de R\$56 bilhões em bens e serviços, de acordo com levantamento feito pelos institutos Data Popular e Data Favela. Esse valor supera o Produto Interno Bruto (PIB) de países como Bolívia e Paraquai.

Bancos como Santander, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil já instalaram filiais nas principais favelas cariocas, como Rocinha, Alemão, Cidade de Deus e Dona Marta, onde trabalham com os produtos de praxe (crédito, conta-corrente com talão de cheque) e com seguros a preços mais baixos que os de mercado. Na mesma linha estratégica, empresas de telefonia, TV a cabo e agências de viagens vêm avançando sobre a classe C que vive nas comunidades. A Casas Bahia, que está desde 2012 na Rocinha, onde mantém performance de vendas por cliente acima da média das outras lojas de bairro, chegou em outubro último ao Alemão e contratou mão de obra local para ocupar as 14 vagas da loja, inclusive a de gerente. Gigantes do varejo de produtos de cosmética e limpeza, como é o caso da Procter&Gamble (P&G), buscam entender melhor o consumidor das favelas para implementar novas estratégias de venda direta para os mercados das comunidades.

EMPREENDEDORISMO

O interesse da iniciativa privada nas favelas cariocas é um bom sinal, mas pode provocar um efeito perverso entre os empreendedores locais, que não têm condições de competir com as grandes empresas nem de arcar com a alta dos custos de vida e a valorização dos imóveis em regiões urbanizadas. Esse processo, denominado gentrificação, costuma afetar a população das áreas que passam pelas transformacões propostas pelo Programa das UPPs. A pressão econômica afugenta os antigos ocupantes dos territórios beneficiados.

Em função desse risco, o governo do Estado, a Prefeitura do Rio e entidades de apoio ao empreendedorismo, como o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae-RJ), vêm desenvolvendo projetos e ações de estímulo ao desenvolvimento sustentável dos negócios nas favelas pacificadas, como forma de permitir que seus moradores se integrem ao processo de mudanças que precisam acompanhar os investimentos.

Pesquisa sobre microempreendedorismo nas favelas com UPPs realizada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (lets, que desenvolve estudos, pesquisas e propostas para o desenvolvimento equitativo) para o Sebrae-RJ ajuda a compreender as dificuldades enfrentadas por quem decide abrir um negócio nessas áreas. A começar pelos diferentes perfis entre as favelas pacificadas, tanto em população e localização quanto em vocacões culturais e econômicas, o que significa que não se podem aplicar projetos iguais em comunidades diferentes, obrigando a uma customização dos planos de ação.

Perfil do empreendedor das favelas pacificadas

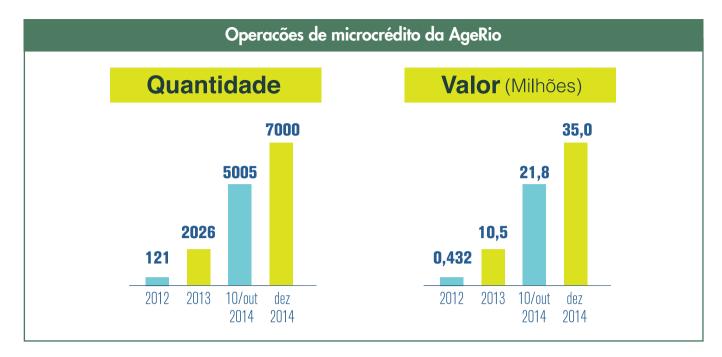
- 94% atuam por conta própria
- Média de idade de 43 anos
- Baixa escolaridade (média de 7 anos de estudos)
- Maioria formada por mulheres
- Trabalham com comércio ou prestação de serviços

A primeira grande dificuldade para o empreendedor é o acesso ao crédito. Por isso. dentro do programa das UPPs foi criado o Fundo UPP Empreendedor, administrado pela AgeRio, a agência de fomento do Estado, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia Indústria e Serviços (Sedeis). Por meio dele são concedidos financiamentos entre R\$ 300 e R\$ 15 mil, com juros de 0,25% (3% ao ano) e prazo de pagamento de até 24 meses, com até três meses de carência.

Além dos juros baixos, a forma de atuacão da AgeRio para as favelas pacificadas também foi pensada para garantir a sustentabilidade dos negócios. Capacitadores treinados para o programa Microcrédito, que vivem nas áreas beneficiadas pela pacificação, divulgam o programa, prospectam novos empreendedores e os ajudam na elaboração dos planos de negócios e na obtenção da documentação necessária. Cada ideia é analisada criteriosamente pela agência, junto com seu proponente, como forma de adequá-la ao mercado e estabelecer um cronograma de crescimento que não afete as finanças do empreendedor.

"Nosso microcrédito produtivo e orientado é um recurso diferenciado. Não estamos focados no consumo, mas em atividades que gerem emprego e renda. Por isso, damos muito valor à orientação financeira como forma de preservar os empreendedores de dívidas que não podem ser saldadas", explica o presidente da AgeRio, Domingos Vargas. Até o início de outubro, mais de 5 mil contratos de microcrédito já haviam sido assinados com a AgeRio, somando R\$ 21,8 milhões em operações. Até o fim deste ano serão 7 mil, e a meta da agência é chegar a 2018 com 20 mil empreendedores apoiados. Os setores que mais receberam financiamento do microcrédito nas favelas com UPPs foram: bar e restaurante; vestuário; beleza e estética: e comércio de alimentos (ver gráficos).

"É um projeto com credibilidade, que tem recebido cada vez mais recursos do governo do Estado. Temos o melhor produto do mercado em todo o país nesse segmento, com uma incrível taxa de 3% ano ano. Fazemos uma análise de risco do negócio para que o



crédito concedido tenha governança e não concedemos o benefício para quem tem problemas de cadastro", ressalta Vargas.

O Sebrae-RJ também vem trabalhando nos territórios com UPPs com o Programa de Desenvolvimento do Empreendedorismo em Comunidades Pacificadas do Rio de Janeiro (Comunidade Sebrae). O programa já atendeu mais de 52 mil pessoas e colaborou para a formalização de mais de 5 mil empreendimentos. Capacitou 6.500 pessoas em mais de 700 atividades, entre cursos, palestras, oficinas e seminários, e desenvolveu metodologia especial para suporte ao empreendedorismo em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado pela Organização das Nações Unidas para medir o progresso pelas dimensões da renda, educação e saúde.

O Instituto Pereira Passos, órgão da Prefeitura que gerencia o programa Rio+Social, criou o projeto Empresa Bacana, em parceria com o Sebrae e o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon-RJ), para ajudar os empreendedores na formalização dos negócios, capacitação em gestão e acesso a mercados e serviços financeiros e não financeiros. O Empresa Bacana atendeu mais de 5 mil empreendedores e, desse total, 2 mil foram formalizados nos três anos do projeto.

Atualmente, a partir de uma nova tecnologia de trabalho, o IPP criou o Pense Favela, como forma de atacar o problema mais grave entre os empreendimentos nessas áreas: a falência ou a descontinuação das iniciativas. "Seguindo um planejamento de oito etapas, o Pense Favela auxilia moradores interessados desde a escuta individual de cada negócio ou projeto e sua qualificação e capacitação até o momento de prestação de contas do investimento recebido. Uma etapa central desse processo é a capacitação em administração e gestão em finanças pessoais, controle orçamentário e personalidade jurídica. Um conteúdo básico, mas fundamental para promover a sustentabilidade e a gestão profissionalizada de negócios e instituições", lembra a diretora de Desenvolvimento Econômico Estratégico do IPP, Daniela Tavares.

O Pense Favela também promove encontros entre empreendedores do asfalto e da favela para troca de experiências no setor. Um dos encontros foi o Laboratório Yunus de Negócios Sociais, realizado em parceria com Yunus Social Business Brasil, unidade brasileira ligada à empresa Yunus Social Business Global Iniciatives, fundada pelo professor Muhammad Yunus, criador do conceito do microcrédito e vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 2006.

DESAFIOS

"O problema básico do desenvolvimento econômico nas favelas está na baixa escolaridade. Escolaridade baixa prejudica a produtividade do trabalhador", alerta o diretor executivo do lets, Manuel Thedim. Ele lembra que o mercado de trabalho e a renda no Rio de Janeiro melhoraram muito nos últimos dez anos, mas ainda falta criar um programa de formação profissional de qualidade e abrangente. "Os bons cursos de qualificação à disposição atualmente são caríssimos. E cursos de pequena duração e workshops não são suficientes para suprir as deficiências. Trinta horas não dão resultado para quem tem apenas cinco anos de estudo", adverte Thedim.

O diretor do lets também faz ressalvas aos programas de microcrédito concedidos pelo governo federal. "O crédito é altamente subsidiado e não favorece a criação de empreendedores independentes. O ideal é que eles aprendam a sobreviver em qualquer condição econômica, sem serem afetados por trocas de governantes ou pela falta de financiamento", observa ele, que sugere a criação de um sistema de subsídio decrescente, que vá, aos poucos, dando autonomia ao empreendedor, com capacitação em habilidade técnica, formação de preços e divulgação do produto ou serviço.

VIVENDO E EMPREENDENDO



FAVELA ORGÂNICA – MORRO DA BABILÔNIA

O slogan do Bufê Favela Orgânica - "Abaixo o desperdício" - foi criado por sua fundadora, a paraibana Regina Tchelly, 31, que se mudou em 2011 para o Rio de Janeiro. Criada no interior do Nordeste brasileiro, onde se aproveita praticamente tudo dos produtos alimentícios, ela se assustou com a forma com que a população do Sudeste lida com a comida, jogando no lixo muita coisa que poderia se transformar em pratos saudáveis e apetitosos. Trabalhando como empregada doméstica e vivendo no morro da Babilônia, favela pacificada da Zona Sul do Rio, Regina contou com a ajuda de amigos, juntou R\$ 140,00 e montou sua primeira oficina de aproveitamento de alimentos. De lá para cá, fundou o bufê que fornece comidinhas e refeições sustentáveis (quiches de casca de abóbora ou talo de brócolis com manjericão, pãozinho de casca de legumes, miniburguer de talo de couve-flor e brigadeiro de casca de banana, por exemplo), cultivou uma horta orgânica e dá cursos de capacitação para empregadas domésticas e restaurantes. A inspiração surgiu na favela onde mora, que acaba de receber o projeto Morar Carioca Verde, da Prefeitura do

Rio, onde foi implantada infraestrutura (saneamento e redes de água e drenagem) e serviços baseados no conceito da sustentabilidade, com iluminação de LED, pavimentação permeável, reflorestamento de reserva ambiental, coleta seletiva de lixo e prédio habitacional com energia solar e reaproveitamento de água da chuva. Provaram seus quitutes muitos visitantes ilustres que estiveram na Babilônia, entre eles o ex-prefeito de Nova Iorque, Michael Bloomberg, e o ator Harrison Ford. A agenda da empreendedora Regina Tchelly agora é internacional: em outubro ela participou do Salone Del Gusto, promovido pelo Slow Food International, em Pollenzo, na Itália, sede da Univeritá degli Studi di Scienze Gastronomiche; em janeiro de 2015, ela irá a Lyon, na França, para participar do Sirha World Cuisine Summit, um evento global que reúne 700 profissionais da área da alimentação em busca de um mundo melhor; e em setembro retorna à Itália, desta vez a Milão, para a Conferência Mundial de Mulheres, celebrada na EXPO Milano - Fondazione Triulza, ao lado de empreendedoras de todo o planeta. Sem pedir empréstimos ou assumir dívidas, ela explica o sucesso do seu negócio: "Trabalho com sustentabilidade até na parte financeira."

NEGÓCIO CULTURAL

A área da favela Nova Brasília (Complexo do Alemão) conhecida como praça do Conhecimento virou point não apenas para os turistas, que chegam de van ou teleférico, mas também para seus próprios moradores. No local, a Prefeitura do Rio instalou um Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI), uma Nave do Conhecimento, uma praça com brinquedos lúdicos e um cinema de tecnologia 3D que está dando o que falar. Integrante da rede de cinemas Cinecarioca, criada pela Secretaria Municipal de Cultura como forma de ampliar o acesso da população carioca ao cinema, a unidade da Nova Brasília tem a maior taxa de ocupação do Brasil (50%) e, durante três anos, liderou o ranking da América Latina. Inaugurado em dezembro de 2010, é o primeiro cinema instalado numa favela, oferecendo sala de alto padrão, com 93 lugares e acessibilidade. O equipamento tornou-se uma opção de diversão para a população local; muitos nunca tinham ido ao cinema. Nos fins de semana, o Cinecarioca Nova Brasília recebe visitantes de outros bairros do Rio e de cidades da Baixada Fluminense, além de Niterói e São Gonçalo, que chegam à comunidade atraídas pelo teleférico e pelos preços acessíveis dos ingressos: R\$ 9 a inteira e R\$ 4,50 para moradores da região, estudantes e professores, oferecendo programação do circuito comercial. A rede Cinecarioca é administrada pela Rio Filme, com operação a cargo da empresa CineMagic.

Célia Abend